

**PET na PETIÇÃO Nº 12.422 - BA (2018/0285670-8)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**REQUERENTE : ANNA MARIA JARDIM DE SOUZA**  
**ADVOGADO : RUI SAPUCAIA PEREIRA - BA039449**  
**REQUERIDO : ESTADO DA BAHIA**

**DESPACHO**

Intimada para comprovar a incapacidade econômica (fls. 51/52), a requerente não apresentou nenhum documento hábil, apenas sua declaração de ajuste anual - exercício 2018 - (fls. 58/62), que justificasse a concessão do benefício.

A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que a declaração de pobreza, com o intuito de obter a justiça gratuita, goza de presunção relativa, sendo possível a exigência, pelo magistrado, da devida comprovação.

*In casu*, a requerente, de acordo com o seu comprovante de rendimentos, percebe, mensalmente, a quantia bruta de R\$ 12.350,00, que vale, atualmente, cerca de 12 salários mínimos, não havendo falar em necessidade da concessão da benesse.

Desse modo, não comprovada a insuficiência econômica, **INDEFIRO o pedido de gratuidade da justiça e CONCEDO o prazo improrrogável de 5 (cinco) dias para que providencie o recolhimento das custas, conforme Resolução STJ n.º 02, de 1.º de fevereiro de 2017, atualizada pela Instrução Normativa STJ/GP n.º 02 de 31 de janeiro de 2019; sob as penas do art. 290 do Código de Processo Civil.**

**Recolhidas as custas, distribua-se os autos.**

**Publique-se. Intimem-se.**

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**

Presidente